

A SEMANA – 147

John Gledson

Pela terceira crônica sucessiva, o jogo do bicho fica no centro das atenções. As sátiras aos sistemas eleitorais, produtos do meio social em que nascem, não são novidade para Machado, claro – a mais famosa é certamente “A sereníssima república”, de *Papéis avulsos*. Lá, para fazer eleições representativas, mexe-se (em vão, claro) com os mecanismos do processo (os sacos, as bolas, etc.); aqui, trata-se de usar os costumes nacionais, antigos e (sobretudo) moderníssimos, para atrair o povo a participar no processo, e deste jeito fazer com que seja “representativo”.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 204-208.



A SEMANA

24 de março de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Divino equinócio, nunca me hei de esquecer que te devo a ideia que vou comunicar aos meus concidadãos. Antes de ti, nos três primeiros dias horríveis da semana, não é possível que tal ideia me brotasse do cérebro. Depois, também não. Conheço-me, leitor. Há quem pense, transpirando; eu, quando transpiro, não penso. Deixo essa função ao meu criado, que, do princípio ao fim do ano, *pensa* sempre, embora seja o contrário do que me é agradável; por exemplo, escova-me o chapéu às avessas. Naturalmente, ralho.

– Mas, patrão, eu pensava...

– José Rodrigues, brado-lhe exasperado; deixa de pensar alguma vez na vida.

– Há de perdoar, mas o pensamento é influência que vem dos astros; ninguém pode ir contra eles.

Ouçó, calo-me e vou andando. Nos dias que correm, ter um criado que pense barato, é tão rara fruta, que não vale a pena discutir com ele a origem das ideias. Antes mudar de chapéu que de ordenado.

A ideia que tive quinta-feira, em parte se pode comparar ao chapéu escovado de encontro ao pelo; mas será culpa da escova ou do chapéu? Cuido que do chapéu. O dia correu fresco, a noite fresquíssima, as estrelas fulguravam extraordinariamente, e se o meu criado tem razão, foram elas que me influíram o pensamento. Saí para a rua. Havia próximo umas bodas. A casa iluminada chamava a atenção pública, muita gente fora, moças principalmente, que não perdem festas daquelas, e correm à igreja, às portas, à rua, para ver um noivado. Qualquer pessoa de mediano espírito cuidará que era este assunto que me preocupava. Não, não era; cogitava eleitoralmente, ao passo que rompia os grupos, perguntava a mim mesmo: Por que não faremos uma reforma constitucional?

Fala-se muito em eleições violentas e corruptas a bico de pena, a bacamarte, a faca e a pau. Nenhuma dessas palavras é nova aos meus ouvidos. Conheço-as desde a infância. Crespas são deveras; na entrada do próximo século é força mudar de método ou de nomenclatura. Ou o mesmo sistema com outros nomes, ou estes nomes com

diversa aplicação. Como em todas as coisas, há uma parte verdadeira na acusação, e outra falsa, mas eu não sei onde uma acaba, nem onde outra começa. Pelo que respeita à fraude, sem negar os seus méritos e proveitos, acho que algumas vezes podem dar canseiras inúteis. Quanto à violência, sou da família de Stendhal, que escrevia com o coração nas mãos: *Mon seul défaut est de ne pas aimer le sang*.¹

Não amando o sangue, temendo as incertezas da fraude, e julgando as eleições necessárias, como achar um modo de as fazer sem nenhum desses riscos? Formulei então um plano comparável ao gesto do meu criado, quando escova o chapéu às avessas. Suprimo as eleições. Mas como farei as eleições, suprimindo-as? Faço-as conservando-as. A ideia não é clara; lede-me devagar.

Sabeis muito bem o que eram os pelouros antigamente. Eram umas bolas de cera, onde se guardavam, escritos em papel, os nomes dos candidatos à vereação; abriam-se as bolas no fim do prazo da lei, e os nomes que saíam, eram os escolhidos para a magistratura municipal. Pois este processo do antigo regímen é o que me parece capaz de substituir o atual mecanismo, desenvolvido, adequado ao número de eleitos. Um grave tribunal ficará incumbido de escrever os nomes, não de todos os cidadãos que tiverem condições de elegibilidade, mas só daqueles que, três ou seis meses antes, se declararem candidatos. Outro tribunal terá a seu cargo abrir os pelouros, ler os nomes, escrevê-los, atestá-los, proclamá-los e publicá-los. Esta é a metade da minha ideia.

A outra metade é o seu natural complemento. Com efeito, restaurar os pelouros, sem mais nada, seria desinteressar o cidadão da escolha dos magistrados e universalizar a abstenção. Quem quereria sair de casa para resistir² à estéril cerimônia da leitura de nomes? Poucos, decerto, pouquíssimos. Acrescentai a gravidade do tribunal e teremos um espetáculo próprio para fazer dormir. Não tardaria que um partido se organizasse pedindo o antigo processo, com todos os seus riscos e perigos, far-se-ia provavelmente uma revolução, correria muito sangue, e este aparelho, restaurado para eliminar o bacamarte, acabaria ao som do bacamarte.

Eis o complemento. O meneio das palavras será nem mais nem menos o dos bichos do Jardim Zoológico. O cidadão, em vez de votar, aposta. Em vez de apostar no

¹ “Minha única falha é não amar o sangue.” Palavras citadas de uma carta de Stendhal [Marie-Henri Beyle, 1783-1842], de 21 de dezembro de 1819, ao seu amigo o barão de Mareste (no original as últimas palavras vêm em inglês – “*the blood*”). O assunto é a eleição do abbé Grégoire, velho padre, ex-bispo “constitucional”, que tinha aceito a Revolução, e só não foi condenado à morte como regicida pelo regime de Luís XVIII, porque tinha estado ausente na votação da Convenção Nacional (da qual era presidente) que mandou Luís XVI à guilhotina. Stendhal insinua que, nessa situação, ele teria votado para a condenação do rei, porque “sem isso não teríamos talvez a constituição”. Isso embora “*Mon seul défaut...*” Machado tinha uma edição da *Correspondance inédite* do romancista, de 1855, na sua biblioteca.

² Aurélio mantém “resistir”, que é a leitura do jornal, mas comenta: “Embora o emprego de *resistir* seja, aqui, possível (com o sentido de “suportar, tolerar”), é mais provável que essa palavra esteja, por descuido de revisão, em lugar de *assistir*.” Acho bem provável que “resistir” seja a palavra certa, no sentido sugerido por Aurélio, sobretudo pensando nas cenas de paciência e resistência nas eleições (ver, por exemplo, a crônica de 4 de março de 1894 [93]). Mário de Alencar mantém “resistir”.

gato ou no leão, aposta no Alves ou no Azambuja. O Azambuja dá, o Alves não dá, distribuem-se os dividendos aos devotos do Azambuja. Para o ano dará o Alves, se não der o Meireles.

Nem há razão para não amiudar as eleições, fazê-las algumas vezes semestrais, bimensais, mensais, quinzenais, e, tal seja a pouquidade do cargo, semanais. O espírito público ficará deslocado; a opinião será regulada pelos lucros, e dir-se-á que os princípios de um partido nos últimos dois anos têm sido mais favorecidos pela Fortuna que os princípios adversos. Que mal há nisso? Os antigos não se regeram pela Fortuna? Gregos e romanos, homens que valeram alguma coisa, confiavam a essa deusa o governo da República. Um deles (não sei qual) dizia que três poderes governam este mundo: Prudência, Força e Fortuna.³ Não podendo eliminar esta, regulemo-la.

O interesse público será enorme. Haverá palpites, pedir-se-ão palpites; far-se-á até, se for preciso, uma legião de adivinhos, incumbidos de segredar aos cidadãos os nomes prováveis ou certos. Haverá folhas especiais, bondes especiais, botequins especiais, onde o cidadão receba um refresco e um palpite, deixando dois ou três mil-réis. Esta quantia parece ser mais, e é menos que os mil e duzentos homens que acabam de morrer nas ruas de Lima.⁴ Sendo as pequenas revoluções, em substância, uma questão eleitoral, segue-se que o meu plano zoológico é preferível ao sistema de suspender a matança de tanta gente, por intervenção diplomática. A zoologia exclui a diplomacia e não mata ninguém. *Mon seul défaut* etc.



³ A origem desta citação é, sem sombra de dúvida, os “Aforismos para a sabedoria de vida”, em *Parerga e paralipomena*, de Schopenhauer (livro que Machado tinha na sua biblioteca, no original alemão e em tradução francesa), onde diz, no parágrafo 48 do capítulo V (“Conselhos e máximas”): “Um antigo disse muito exatamente que três forças dominam o mundo: *συνεσις, κρατος, και τυχη*; prudência, força e fortuna. O filósofo da Antiguidade a que Schopenhauer se refere é Íon de Quios, identificado, a nosso pedido, por Vítor Cei. A fonte que cita é: Baltussen, Han. *Playing the Pythagorean: Ion’s Triagmos*. In: Jennings, Victoria e Katsaros, Andrea. (Ed.) *The World of Ion of Chios*. Leiden, Boston: Brill, 2007, p. 298.

⁴ Esta revolução, em que foi deposto o general Cáceres, e subiu à presidência do Peru José Nicolás de Piérola, é conhecida como o começo da chamada “República Aristocrata” (1895-1914), bastante semelhante à Primeira República brasileira. Machado parece ter haurido suas informações de um telegrama de *O Paiz* de 22 de março. Cito alguns trechos mais relevantes: “A revolução peruana está completamente terminada. O presidente Cáceres renunciou o cargo e os revolucionários organizaram governo provisório (...). / O combate de Lima, que decidi da revolução, durou 72 horas e de ambos os lados pelejava-se com bravura nas ruas e praças que ficaram juncadas de talvez 1.000 mortos. / As hostilidades cessaram pela intervenção do corpo diplomático que solicitou armistício para enterrar os mortos, cuidar dos feridos e abastecer a cidade.”